

**6.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOURES****Anúncio n.º 7645/2010****Processo n.º 4836/10.6TCLRS**

No Tribunal de Família e menores e de Comarca de Loures, 6.º Juízo Cível, no dia 07-07-2010, às vinte e três horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Sérgio Paulo da Silva Jorge, Endereço: Rua Fernando Lopes Graça, N.º 1, — 2.º B Urb. Jardim, 2675-549 Odivelas

Maria Celeste Patinho Anta Jorge, Endereço: Rua Fernando Lopes Graça, N.º 1, — 2.º B Urb. Jardim, 2675-549 Odivelas, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE) Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-09-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data, 07-07-2010. — O Juiz de Direito, *João Fernando Crespo Varela Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Salgueiro*.

303490325

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA****Anúncio n.º 7646/2010****Processo 461/10.0TBLS**

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Maria Madalena Ribeiro dos Santos.

Insolvente: Maria Ermelinda de Jesus Ribeiro, L.ª

Insolvente: Maria Ermelinda de Jesus Ribeiro, L.ª, NIF — 505718820, Endereço: Lugar de Agreló, Meinedo, 4620-348 Lousada.

Administrador de Insolvência: Dra. Daniela Fernandes, Endereço: Praça do Bom Sucesso, Trade Center, 61, 5.º, Sl. 507, 4150-144 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência de Massa.

Efeitos do encerramento: Os previstos no artigo 233.º do CIRE.

Data: 16/07/2010. — A Juíza de Direito, *Marta Queirós*. — O Oficial de Justiça, *Maria Adelaide Pereira*.

303511563

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE****Anúncio n.º 7647/2010****Processo: 778/10.3TBMGR**

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

**N/Referência: 2651961**

Insolvente: Duarte Feteira, S. A.

Presidente Com. Credores: Banco BPI, S. A. e outros

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que é:

Insolvente: Duarte Feteira, S. A., NIF — 500088802, com sede em Baganca, Vieira de Leiria, 2430-728 Vieira de Leiria.

É Administrador da Insolvência o Sr. Dr. Carlos Manuel dos Santos Inácio, NIF 200704010, com domicílio profissional na Estrada D. Maria Pia, 35, Candeeiros — Benedita, 2475-015 Benedita.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 07-09-2010, às 14:00 Horas, para a realização da reunião de Assembleia de Credores para Discussão e Aprovação do Plano de Insolvência.

Ficam ainda notificados de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea *c*) n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Data: 21-07-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Carla Rafael*. — O Oficial de Justiça, *Aida Maria Tavares Coelho*.

303522514

**TRIBUNAL DA COMARCA DA NAZARÉ****Anúncio n.º 7648/2010****Processo: 356/10.7TBNZR**

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

**N/Referência: 804588**

Data: 15-07-2010.

Insolvente: Deltamarisco, L.ª

Efectivo Com. Credores: Banco Espírito Santo, S. A., e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial da Nazaré, Secção Única de Nazaré, no dia 15-07-2010, pelas 11 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Deltamarisco, L.ª, NIF — 503125431,